

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

O PROJETO DA USINA HIDRELÉTRICA DE JI-PARANÁ: ALGUMAS LÓGICAS EM CONFLITO."

Renata da Silva Nobrega (Unicamp)

“O Projeto da Usina Hidrelétrica de Ji-Paraná: Algumas Lógicas em Disputa.”

RESUMO

Este artigo se volta para a mobilização provocada pela possibilidade de construção da Usina Hidrelétrica de Ji-Paraná, em Rondônia. Tanto na primeira tentativa de construção, no final dos anos 80, como na atual retomada do projeto, a U.H.E. Ji-Paraná enfrentou grande resistência, principalmente das populações indígenas potencialmente atingidas pela obra. Os povos Araras, Gavião e Zoró reivindicam o poder de decisão sobre seu território e negam qualquer possibilidade de cooperação com a obra. Por outro lado, as empresas responsáveis pelo projeto e seus defensores insistem em sua viabilidade econômica, apesar dos prejuízos ambientais e sociais previstos. As populações potencialmente atingidas – que incluem ribeirinhos, pescadores e pequenos agricultores, além dos povos indígenas, são tratadas como obstáculos ao desenvolvimento e não são consideradas no planejamento do projeto. Assim, é possível identificar pelo menos duas lógicas em confronto, que, por sua vez, revelam concepções distintas sobre desenvolvimento e natureza, evidenciando a dimensão de violência presente na disputa entre empresas barrageiras e populações atingidas.

“A gente não veio aqui para ouvir. A gente veio para falar.”

Matilde Gavião

Com essas palavras, Matilde Gavião resumiu o objetivo dos *índios* Araras, Gavião e Zoró, reunidos no seminário “*Território Indígena: um direito a ser validado*”, realizado na semana dos Povos Indígenas de 2005, em Ji-Paraná, Rondônia. Mais que isso, Matilde colocou a platéia formada por estudantes universitários, professores e políticos, num lugar diferente daquele que estão acostumados: o lugar da escuta. O recado dos *índios* foi claro: eles estavam ali para que os *brancos* soubessem da sua dor.

A retomada de um projeto de hidrelétrica no rio Machado (ou rio Ji-Paraná), na parte central de Rondônia, que alagaria parte da Terra Indígena Igarapé Lourdes e suas redondezas, onde vivem esses povos, foi o principal assunto do seminário. Representantes do Conselho Indigenista Missionário de Rondônia (CIMI-RO), do IBAMA e o bispo da diocese de Ji-Paraná, Dom Antônio Possamai, somaram-se ao apelo dos *índios* para a mobilização contra o projeto, que atingiria também terras de pequenos agricultores, pescadores e ribeirinhos. A experiência dos *parentes* Tupari, da região de Alta Floresta, mais ao sul do estado, atingidos pelas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) do Grupo Cassol (ligado ao atual governador de Rondônia, Ivo Cassol) foi lembrada como um exemplo dos prejuízosⁱ decorrentes da construção de uma barragem, pois os Tupari já sofrem com a poluição do lago e a diminuição dos peixes.

O cacique Pedro Arara lembrou que “*Ji-Paraná era tudo terra deles*” e que os *índios* não aceitariam perder mais do que já perderam desde a chegada do *branco* na região. Disse que não vai abandonar a terra em que estão enterrados seus pais e parentes e que se o *branco* pretende matar os *índios*, vai ter que entrar na terra deles, porque não sairão de lá para o enchimento do lago. Lembrando da mobilização que conseguiu suspender as obras da U.H.E. Ji-Paraná no passado, Pedro avisou que os *índios* irão repetir a resistência, nem que tenham que destruir com machados à noite o que os *brancos* construírem durante o dia.

Heliton Gavião disse que aquele era o momento em que os povos indígenas podiam colocar o que sentem na pele, para que os *brancos* soubessem do seu sofrimento. Ele insistiu em tornar pública sua dor. Para aqueles que pensam que os *índios* têm muita terra, Heliton lembrou a situação dos *índios* que hoje vivem em favelas e que os massacres motivados por disputa de terra continuam. Assim, numa cidade que nem sabe que tem *índios*ⁱⁱ ou imagina que eles já “acabaram”, Heliton trouxe para o momento atual a presença indígena, mostrando que os *índios* existem. Fernando Zoró resumiu o recado de Heliton: “*índio existe, índio vive*”.

O Eldorado e os Grandes Projetos

Ji-Paraná é hoje a segunda maior cidade do estado de Rondônia, com cerca de cem mil habitantes. Nasceu durante o primeiro ciclo da borracha e conheceu breves períodos de dinamismo econômico e populacional, com destaque para a Linha Telegráfica instalada pelo Marechal Rondon no início do século XX, a descoberta de diamantes no rio Machado, nos anos 40 e o segundo ciclo da borracha, durante a II Guerra. Sua história recente está intimamente ligada ao projeto desenvolvimentista da ditadura militar, pois foi a partir dos anos 60 que se deu a ocupação “efetiva” de Rondônia, por meio dos programas de colonização dirigida, coordenados principalmente pela iniciativa estatal. Nesse período, a Amazônia era apresentada como solução para problemas nacionais, desde a seca do nordeste até os conflitos agrários do centro-sul do Brasil. Era, afinal, “*uma terra sem homens para homens sem terra*”, como declarou o então presidente Emílio G. Médici, por ocasião da inauguração da rodovia Transamazônica, em 1970.

No discurso de transmissão de cargo, o ex-governador Jerônimo Santana, refere-se à Rondônia como “*um estado solução*” (SANTANA, 1992), a despeito dos conflitos agrários e das dificuldades encontradas pelos milhares de migrantes atraídos pela intensa propaganda oficial e que não encontraram lá a terra prometida. Rondônia era anunciada como o novo Eldorado, o lugar em que os sonhos se realizavam. A evocação desse projeto de realização está presente em diversos momentos da história de Rondônia e é comumente associada à construção de grandes obras, como foi o caso da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (FERREIRA, 2005; HARDMAN, 1988), durante o primeiro ciclo da borracha, e da construção da BR 029 (hoje BR 364), nos anos 60 e seu asfaltamento, nos anos 80.

Em uma reportagem sobre a finalização das obras de asfaltamento da BR 364, a estrada é caracterizada como “*O caminho do amanhã. Estrada leva ao Polonoroeste: o novo eldorado.*”ⁱⁱⁱ. Hoje, a antiga promessa de Rondônia se tornar o “*novo celeiro da Amazônia*” é reatualizada. O agronegócio, principalmente o cultivo da soja, é saudado como solução para os problemas locais e a Hidrovia do Madeira, como novo canal de escoamento da produção de grãos, é defendida como uma oportunidade ímpar para dar fim ao marasmo econômico da região.

Atualmente, vários projetos se apresentam como possibilidades de alcançar o desenvolvimento, pelo menos em sua dimensão econômica. As hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, a Hidrovia do Madeira e o Gasoduto Urucu - Porto Velho são empreendimentos de grande porte (e prejuízos proporcionais) programados pela Iniciativa de Integração Regional de Infra-Estrutura Sul-Americana (IIRSA), que se orienta pelos eixos principais de energia,

transporte e telecomunicações e busca a integração econômica da região. A IIRSA atualiza o projeto desenvolvimentista sob a retórica da integração regional, consistindo em uma forma de intervenção econômica e política que instrumentaliza recursos naturais e os disponibiliza para interesses específicos, sem considerar os prejuízos que possam acarretar para as populações e para a natureza envolvidas nas obras (MORET, s.d.).

Num contexto em que energia elétrica e desenvolvimento se confundem – em uma publicação local, a energia elétrica é caracterizada como a “*mola do progresso*” (ARDULL, 2004, 20), a Usina Hidrelétrica de Ji-Paraná (U.H.E. Ji-Paraná) é mais um desses projetos que se apresentam como a chance para o progresso, seja pela necessidade de geração de energia para estimular o crescimento econômico ou pela criação de milhares de postos de trabalho que dinamizarão a economia local, como sugere a ELETRONORTE. Os prejuízos ambientais e sociais que esta obra poderá causar são tratados como detalhes a serem contornados pelas empresas responsáveis pelo projeto. As populações potencialmente atingidas, por sua vez, não estão interessadas em amenizar esses prejuízos, e sim, em impedir qualquer tentativa de construção da obra.

A Usina Hidrelétrica de Ji-Paraná

Nos anos 80, a U.H.E. Ji-Paraná era apenas uma das quatro grandes barragens em andamento ou planejadas para o estado de Rondônia no Plano 2010 da ELETROBRÁS, da qual a ELETRONORTE é subsidiária (BASSEGIO & PERDIGÃO, 1992, 196). A U.H.E. Samuel, a maior usina do estado, já estava em construção. A justificativa para a construção da usina de Ji-Paraná baseava-se na necessidade de suprir as demandas por energia provocadas pelo grande crescimento demográfico^{iv} de Rondônia. Nas palavras da ELETRONORTE, tratava-se de superar “*desafiadores problemas provocados pela marcante insuficiência do seu suprimento de energia elétrica*”, num estado que apresentava “*potencialidades promissoras*”. Para isso tornava-se “*imperiosa a necessidade de acelerar os projetos hidrelétricos na região*” (ELETRONORTE, 1988, 1).

Os estudos sobre a viabilidade da U.H.E. Ji-Paraná começaram em 1983, numa parceria da ELETRONORTE com o CNEC Engenharia, ligada ao grupo Camargo Côrrea, o mesmo responsável pelo complexo hidrelétrico do Xingu, conhecido internacionalmente pela polêmica acerca dos grandes prejuízos ambientais e sociais previstos no projeto, principalmente no que se refere aos povos indígenas do Xingu. Antes mesmo da concessão de licença prévia, a ELETRONORTE iniciou estudos e executou construções no terreno, numa tentativa de acelerar as obras e dar à hidrelétrica um caráter de irreversibilidade (LEONEL,

1998, 221). Documentos da ELETRONORTE e mesmo textos contrários à usina produzidos na época dão a obra como certa. A expectativa era de que a usina entrasse em funcionamento até 1996.

Com a finalização dos estudos o potencial hidrelétrico do rio Machado foi confirmado. A potência instalada da U.H.E. Ji-Paraná seria de 520MW (quase o dobro da Usina de Samuel, cuja potência é de 216MW) e inundaria cerca de 957 km² (Samuel alagou cerca de 656 km²). Uma estimativa preliminar supunha que pelo menos 11 mil ha. da Terra Indígena Igarapé Lourdes seriam inundados pelo lago. As áreas potencialmente atingidas coincidiam com os fragmentos de melhor solo da reserva e com áreas de grande valor histórico e uso atual (FORSETH & LOVOLD, 1991, 431). Dentre as conseqüências diretas da obra, os antropólogos Elizabeth Forseth e Lars Lovold elencaram a inundação de inúmeras localidades dotadas de condições privilegiadas para aldeias e roças, aldeias antigas, numerosos cemitérios, a aldeia principal Arara, além da perda de árvores frutíferas, seringueiras, madeira nobre e caça e dos graves prejuízos ambientais (FORSETH & LOVOLD, 1991, 432). As obras atingiriam ainda parte da Reserva Biológica do Jaru, em Ji-Paraná e alguns projetos de assentamento do INCRA, desalojando cerca de nove mil pessoas.

Antes da finalização dos estudos de viabilidade, os *índios* já sabiam que seriam atingidos pelas obras da U.H.E. Ji-Paraná. Desde 1984, quando encontraram por acaso marcos metálicos da ELETRONORTE fincados em suas terras sem a devida consulta e autorização, os povos Araras, Gavião e Zoró adotaram uma estratégia de confronto e resistência à obra, recusando qualquer tipo de cooperação com o projeto, negando aos funcionários da ELETRONORTE e do CNEC o acesso a suas terras (FORSETH & LOVOLD, 1991, 428). Em todas as aldeias do Igarapé Lourdes foram feitas reuniões para discutir o projeto da U.H.E. Ji-Paraná e em 1988, cerca de setenta indígenas foram conhecer a Usina de Samuel para ter uma dimensão do que era uma usina hidrelétrica. Em carta endereçada ao presidente do Banco Mundial, em 1988, *índios* Gavião e Arara questionaram a ambigüidade e a incoerência do órgão, que anos antes enviou recursos para a retirada de invasores de suas terras, por meio do programa POLONOROESTE, e no momento financiava um projeto hidrelétrico que alagaria aquelas mesmas terras (FORSETH & LOVOLD, 1991, 431). Comungaram assim das críticas aos programas de assistência e financiamento internacionais, que de um lado viabilizam projetos de caráter sustentável e por outro, investem em grandes projetos de infra-estrutura que comprometem esta mesma sustentabilidade, como o Gasoduto Urucu-Porto Velho.

Em abril de 1991, foi fundado o Movimento dos Atingidos por Barragens em Rondônia, fruto da articulação entre povos indígenas, ribeirinhos, pequenos agricultores, trabalhadores e entidades ligadas à sociedade civil organizada. Além do objetivo imediato de impedir a construção da usina de Ji-Paraná, este movimento tinha como proposta apontar alternativas energéticas que não dependessem de barragens, alertar sobre as conseqüências das barragens, criar alianças na busca de alternativas energéticas, realizar debates com autoridades sobre a questão da energia e elaborar material popular de conscientização e esclarecimento à população (BASSEGIO & PERDIGÃO, 1992, 215). A mobilização em torno dos prejuízos implicados na construção da U.H.E. Ji-Paraná conseguiu atrair a atenção da mídia e de entidades internacionais ligadas às questões indígenas e ambientais, tornando muito alto o custo político de levar adiante uma obra envolvida em tantas polêmicas.

Além da resistência organizada, a U.H.E. Ji-Paraná ainda enfrentou a escassez de recursos financeiros, o que provocou a suspensão das obras. Os recursos previstos no segundo empréstimo do setor de energia ao Banco Mundial, da ordem de 350 milhões de dólares, não foram liberados em 1987, conforme o programado. Dentre as razões estava o não cumprimento, por parte da ELETROBRÁS, de exigências de adequação ambiental e social acordadas com o Banco no primeiro empréstimo ao setor, em 1984 (GOODLAND, 2005, 179). O gasoduto Urucu-Porto Velho foi apresentado pelo então presidente Fernando Collor como uma alternativa mais viável para a produção de energia na região, mesmo causando graves prejuízos ambientais e sociais.

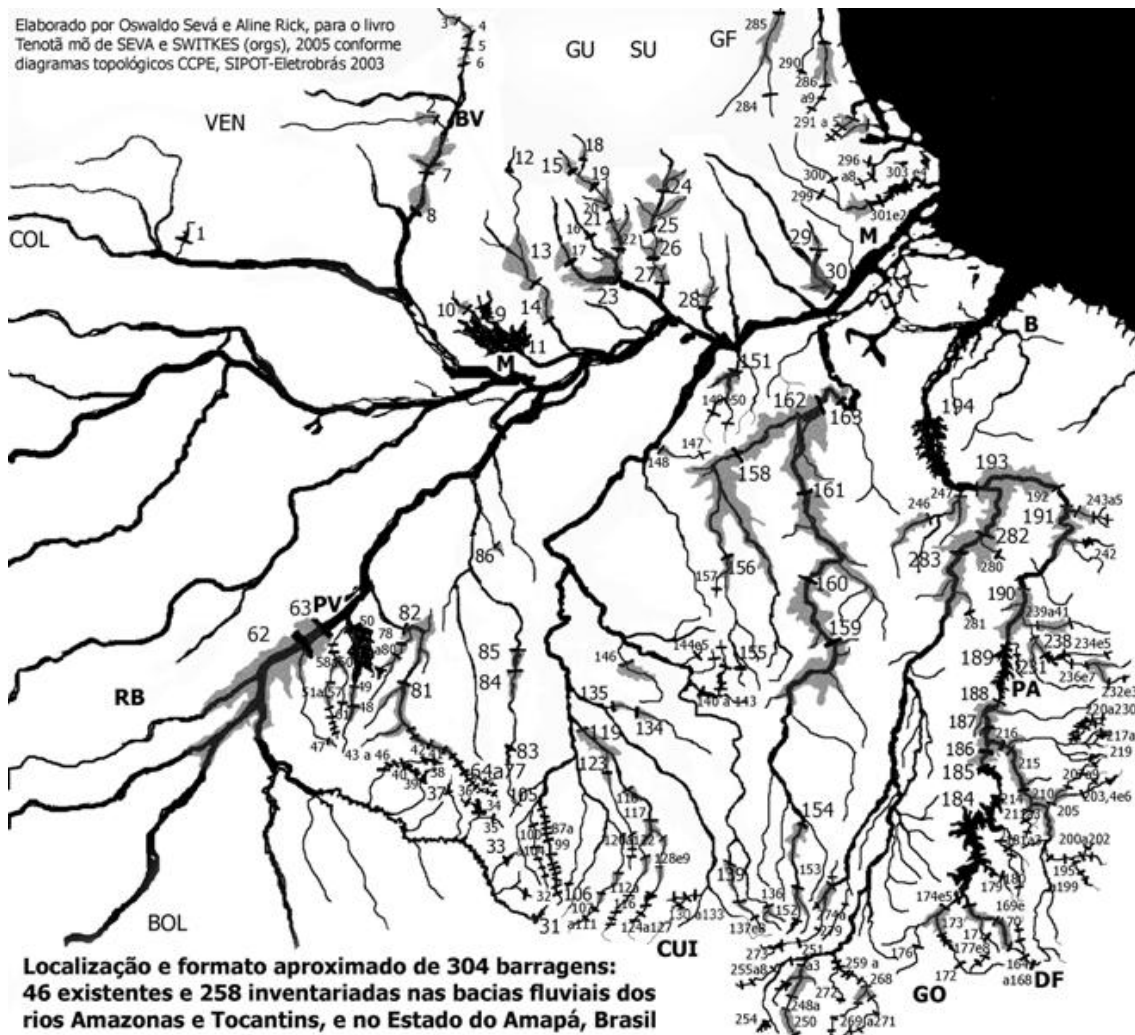
Recentemente, FURNAS anunciou a retomada do projeto da U.H.E. Ji-Paraná. A potência estimada já ultrapassa 1000 MW, quase o dobro da estimativa do primeiro projeto. O inventário do rio Machado foi refeito, já que nos últimos vinte anos houve intensa modificação demográfica e ambiental das áreas avaliadas nos estudos de 1988. A justificativa para a obra agora inclui a possibilidade de exportação de energia para outras regiões do Brasil, além do atendimento à demanda regional (FURNAS, 2005, 19).

Assim como no passado, a resistência à U.H.E. Ji-Paraná está se articulando, envolvendo mais uma vez as populações indígenas do Igarapé Lourdes, associadas dessa vez aos índios Tupari, que contam com a experiência das PCHs em suas terras, além do Movimento dos Atingidos por Barragens de Rondônia (MAB-RO), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ji-Paraná, o Grupo de Apoio aos Povos Indígenas de Ji-Paraná (GAPI), o Conselho Indigenista Missionário de Rondônia (CIMI-RO), a Diocese de Ji-Paraná, pesquisadores do Grupo de Energia Renovável Sustentável da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), funcionários do IBAMA de Ji-Paraná, membros do Conselho Municipal

de Meio-Ambiente de Ji-Paraná, pesquisadores ligados ao Instituto de Antropologia e Meio-Ambiente (IAMÁ), entre outras articulações.

“Dois Olhares, Duas Lógicas”

A idéia de construir uma usina hidrelétrica na Amazônia não é novidade. O mapa abaixo mostra as 304 barragens planejadas ou em andamento na região amazônica. Muitas delas atingem populações indígenas.



Fonte: SEVÁ, 2005.

A especificidade da usina de Ji-Paraná está associada ao processo de resistência forjado ao longo de vinte anos entre as populações potencialmente atingidas pela obra. Como se trata da retomada de um projeto hidrelétrico já conhecido, há, entre essas populações, uma experiência de mobilização que saiu vitoriosa, pois a usina não foi construída no passado. Além disso, a mobilização que o projeto da U.H.E. Ji-Paraná tem provocado entre as populações indígenas potencialmente atingidas pela barragem deixa entrever um novo

momento na relação entre essas populações e a sociedade regional, marcada pela recusa da subalternidade e pela reivindicação de direitos, principalmente sobre a gestão de seus territórios. Apesar do forte impacto da mobilização indígena, ainda não é possível identificar sua eficácia, ou seja, se suas reivindicações – que vão além da luta contra a barragem – têm surtido algum efeito prático.

Ao analisar o comportamento das empresas “barrageiras” e o comportamento dos atingidos pelas obras, Carlos Vainer e Frederico Araújo identificam “*dois olhares, duas lógicas, duas maneiras de avaliar os impactos de um grande projeto de investimento*” (VAINER & ARAÚJO, 1990: 20) que constroem campos de luta diferentes e estratégias distintas de enfrentamento. Os discursos e práticas das empresas “barrageiras”, que normalmente contam com o apoio de políticos e das elites locais, indicam o *lugar* das populações potencialmente atingidas pelas obras no planejamento e na execução do projeto hidrelétrico: são obstáculos ao desenvolvimento e ao progresso. Quando o empreendimento atinge terras indígenas, essa visão é exarcebada. Os *índios* são tratados como um “*problema ambiental*” (ANDRADE & VIVEIROS DE CASTRO, 1988, 8), um fato da natureza, revelando uma imagem construída sobre o *índio* e que o caracteriza como um ser natural, desprovido de cultura, que se confunde com o seu habitat (PIMENTA, s.d.).

Nos estudos de viabilidade da U.H.E. Ji-Paraná, a ELETRONORTE caracteriza a área atingida pela obra como praticamente virgem, a despeito da ocupação ribeirinha e indígena antiga, comprovada por estudos arqueológicos (BASSEGIO & PERDIGÃO, 1992): “*O território afetado pelo empreendimento compreende áreas com interferências humanas mínimas ou inexistentes, como a Área Indígena do Igarapé Lourdes (...)*” (ELETRONORTE, 1988, 15). Neste trecho, a ELETRONORTE reproduz o argumento de ocupar um território virgem - “*quase intacto à atividade do homem*”^v, que orientou a política recente de ocupação e modernização da Amazônia e ignorou a presença e intervenção das comunidades indígenas e das populações tradicionais na região. As empresas *barrageiras* agem como se os *índios* não existissem e espelham a própria organização racial do país, que tende a enxergar as populações indígenas como se estivessem fora do Brasil (IANNI, 1979, 199).

Sob uma aparente neutralidade, amparada pelo discurso científico, os planejadores da hidrelétrica tentam negar a natureza política do empreendimento (SEVÁ, 2005, 286) implicada na opção por um modelo centralizado de geração de energia, concentrador de renda, de alto custo econômico, social e ambiental (MORET, 2000). É construída uma noção de desenvolvimento – e assim se justifica a obra – que não introduz no cálculo dos seus custos os prejuízos ambientais e sociais causados pela obra. Trata-se de uma situação em que na

relação entre obra, população e ambiente, “*gente vira ambiente e obra vira agente*” (ANDRADE & VIVEIROS DE CASTRO, 1988, 8).

A invisibilidade indígena também está presente na historiografia regional. A história de Rondônia é quase sempre contada a partir do marco colonizador. Nas publicações regionais é comum a exaltação da colonização “paulista” como a chegada da civilização à Rondônia. Se os índios resistem à conquista, seus atos reforçam a grandeza e o heroísmo dos colonizadores (PIMENTA, s.d.). Quando muito, palavras indígenas são evocadas para justificar nomes de rios e cidades^{vi}. Ignora-se assim a milenar presença indígena na região e se invisibiliza a presença negra, que remonta ao período colonial e revela um passado de resistência, com a formação de quilombos no sul do estado (TEIXEIRA, s.d.).

A indignação dos jornalistas Paulo e Enjoiras Araújo ilustra bem a relação do projeto da U.H.E. Ji-Paraná e os povos indígenas: “[*No caso da Usina de Ji-Paraná*] que no máximo atingiria 20% de uma reserva indígena, foi motivo suficiente para que o projeto da ELETRONORTE fosse arquivado, mesmo a despeito dos benefícios sociais que criaria com o desenvolvimento industrial da região central do estado.” (SANTANA, 1992). A expropriação do território indígena é apenas um preço a pagar pelo progresso.

Por sua vez, a resistência indígena à hidrelétrica de Ji-Paraná desestabiliza os sentidos dominantes sobre o lugar do *índio* e do *desenvolvimento*, construídos no processo de ocupação recente de Rondônia. Na mobilização contra a usina, os povos indígenas do Igarapé Lourdes colocam em questão a relação “*objetificadora, assimétrica e naturalizante*” (ANDRADE & VIVEIROS DE CASTRO, 1988, 12) à qual têm sido submetidos pela sociedade regional e que os defensores e planejadores da U.H.E. Ji-Paraná reproduzem tão bem.

Os *índios* demonstram estranhamento à postura dos *brancos* em achar que podem dominar tudo, inclusive os rios: “*Eles não são donos do rio*”. Questionam uma mentalidade bandeirante, em que a única maneira de vislumbrar a relação entre natureza e cultura é por meio da conquista e da dominação. Exemplos para ilustrar essa situação não faltam: no site da prefeitura, Ji-Paraná é a cidade “*onde o Pioneirismo vence obstáculos da Natureza. E cresce.*”^{vii} O Hino de Rondônia conta a saga dos desbravadores:

“*Nós, os bandeirantes de Rondônia (...)*

Como sentinelas avançadas

Somos destemidos pioneiros”^{viii}

Numa reunião com representantes da ELETRONORTE e do CNEC, em 1988, um jovem índio se manifestou: “*Se nós andávamos de quatro pés, nós íamos deixar você fazer essa barragem e alagar a nossa terra. Os bichos todos estão deixando você fazer. Mas nós não somos bichos. Somos gente igual você. Temos pensamento de gente. Por isso não vamos deixar você alagar a nossa terra. Fala isso pro seu chefe lá*” (FORSETH & LOVOLD, 1991, 430). Em seu discurso, ele insiste em trazer à tona aquilo que ficou fora da consciência dos planejadores: a presença indígena. Ao reivindicar sua *humanidade*, o jovem índio se posiciona em igualdade com os *brancos* como sujeito pensante, como sujeito político.

Quando diz que “*se o homem branco quer matar o índio, vai ter que entrar na terra do índio*”, Pedro Arara desvela o discurso desenvolvimentista da ELETRONORTE e dos apoiadores do projeto e identifica nele um desejo de morte. Desse ponto de vista, a hidrelétrica pode ser tomada como uma atualização de um projeto genocida, presente na ocupação recente de Rondônia e que dizimou dezenas de milhares de *índios* no estado. Mesmo que a usina seja construída e os povos indígenas cedam às pressões e sejam reassentados, a desestruturação social decorrente do reassentamento em terras distantes, mais pobres e menores pode vir a provocar de fato o fim de alguns grupos por meio da integração à sociedade regional na periferia das cidades próximas. Caso a usina não venha a ser construída, o simples anúncio da retomada dos estudos estimula a especulação imobiliária e exerce pressão sobre o território indígena, constantemente ameaçado por madeireiros e invasores.

A mobilização dos *índios* de Ji-Paraná contra a usina obriga todos a lembrar o passado de conquista e dominação das populações indígenas e o sentido destruidor do contato (OLIVEIRA, 1996, 46). Quando dizem que não aceitam perder mais do que já perderam desde a chegada do homem *branco*, os índios fazem uma referência a uma situação de violência e expropriação que ainda não acabou. Fernando Zoró, no seminário de Ji-Paraná, insistiu: “*é tudo verdade, ainda acontece*”. Eles não deixam que os *brancos* se esqueçam de quando jogaram veneno de um avião sobre os *parentes* Suruí ou de quando organizavam expedições de caça aos *índios*. Se a morte é o preço a pagar pelo desenvolvimento, ela não será silenciada.

A usina de Ji-Paraná talvez nunca ultrapasse a fase de projeto, levando em conta o sucateamento do setor elétrico estatal. Mas o projeto da U.H.E. Ji-Paraná chama atenção não pelo que pode vir a ser, mas pelo “texto” social que está sendo articulado ao seu redor. Do lado dos defensores do projeto, há uma retomada do discurso desenvolvimentista, que visa promover o progresso por meio de grandes projetos de infra-estrutura. Como resposta a esta situação, está em curso a organização de uma resistência diferenciada, reunindo diferentes

grupos que se articulam estrategicamente em torno da mobilização contrária à usina de Ji-Paraná. Não se trata de minimizar prejuízos causados pela hidrelétrica ou de uma militância de atingidos por barragens. O que existe é a construção de uma metodologia anti-barragem, que parte do princípio da recusa do empreendimento em sua totalidade e da construção de propostas alternativas de geração de energia, questionando assim a noção de progresso em que a destruição é inevitável ou irreversível. Algumas experiências em andamento indicam alternativas às barragens como modelo privilegiado de geração de energia elétrica. É o caso da produção descentralizada a partir de óleos vegetais, em pequena escala, voltada para uso comunitário e que, além da geração de energia, também gera renda e garante segurança alimentar por meio do aproveitamento total de oleaginosas como babaçu.

NOTAS

ⁱ Adotamos aqui a sugestão do professor Oswaldo Sevá pelo uso da terminologia “prejuízo” (SEVÁ, 2005: 286). O termo “impacto” não dá conta das alterações radicais da natureza nem da desestruturação social decorrente de um mega-projeto de engenharia, como são as hidrelétricas.

ⁱⁱ Em conversa particular, Heliton contou que num evento na Assembléia Legislativa de Ji-Paraná, uma professora universitária mostrou-se surpresa ao descobrir a existência de povos indígenas na cidade.

ⁱⁱⁱ Capa da revista Interior. Ano X. Nº. 53. Novembro/Dezembro de 1983.

^{iv} Segundo dados do Centro de Estudos da Pastoral dos Migrantes de Ji-Paraná, Rondônia recebeu 938 mil e 211 migrantes na década de 80. No final da década, cerca de 500 mil migrantes deixaram o estado, invertendo o processo migratório (CEPAMI, 1998).

^v ARRUDA, Hélio Palma de. “Razões para a ocupação da Amazônia”. Palestra realizada na Universidade de Brasília em novembro de 1977. Informe do INCRA.

^{vi} Na edição especial da Revista Ji-Paraná há um exemplo: “*Embora hoje seja oficialmente chamado de Machado, foi da expressão Ji-Paraná (derivado de um dialeto indígena que significa rio dos machados), que se originou o nome da cidade*”.

^{vii} Site da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná: <http://www.ji-parana.ro.gov.br/section2/historia.asp>. Consultado em 5 de outubro de 2005.

^{viii} Hino de Rondônia, Letra: Joaquim de Araújo Lima. Música: José de Mello e Silva. Disponível no site: <http://www.rondonia.ro.gov.br/abertura/simbolos.htm>. Consultado em 5 de outubro de 2005.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Lúcia M. M. & Eduardo Viveiros de Castro. “Hidrelétricas do Xingu: o Estado contra as sociedades indígenas”. SANTOS, Leinad Ayer e Lúcia M. M. de Andrade (orgs). As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.
- ARDULL, Jairo. “A mola do progresso”. Ji-Paraná e sua história. Um relato dos fatos mais importantes das últimas décadas. Ji-Paraná: Certa Comunicação e Editora, 2004.
- BASSEGIO, Luiz & Francinete Perdigão. Migrantes Amazônicos. Rondônia: A trajetória da ilusão. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- CEPAMI. “Simpósio: Migração em Rondônia”. Ji-Paraná: 1998.
- ELETRONORTE. Usina hidrelétrica de Ji-Paraná: estudos de viabilidade. Brasília, fevereiro de 1988.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. A ferrovia do diabo. São Paulo: Melhoramentos, 2005.
- FORSETH, Elizabeth e Lars LOVOLD. “Os índios e a hidrelétrica Ji-Paraná”. Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90. São Paulo: CEDI, 1991.
- FURNAS. “Estudo avalia potencial do Ji-Paraná”. Revista FURNAS. Ano XXXI. Número 318. Março 2005.
- GOODLAND, Robert. “Evolução histórica da avaliação do impacto ambiental e social no Brasil: sugestões para o complexo hidrelétrico do Xingu”. SEVÁ, Oswaldo (org). Tenotã-mõ: alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: International Rivers Network, 2005.
- HARDMAN, Francisco F. Trem fantasma: a modernidade na selva. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- IANNI, Octavio. Ditadura e agricultura. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.
- LEONEL, Mauro. A morte social dos rios. São Paulo: Perspectiva, IAMÁ e FAPESP, 1998.
- MORET, Artur. Biomassa Florestal, petróleo e processo de eletrificação em Rondônia: análise das possibilidades de geração descentralizada de eletricidade. Campinas, SP. Faculdade de Engenharia Mecânica: Unicamp. 2000. Tese de Doutorado.
- MORET, Artur. Contextualização da Integração Infra-Estrutura Regional da América do Sul: influências sociais e ambientais em Rondônia. Inédito. Sem data.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O índio e o mundo dos brancos. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

PIMENTA, José. “A história oculta da floresta. Imaginário, conquista e povos indígenas no Acre”. *Linguagens Amazônicas*, nº2. Rio Branco, s.d.

PINTO, Fernando. POLONOROESTE. Em busca do eldorado: um ambicioso programa agrícola dá novo impulso à BR 364. *Revista Interior*, ano X, nº. 53. Novembro/Dezembro de 1983.

SANTANA, Jerônimo. O abandono do estado de Rondônia pelo governo federal. Publicação particular. 1992.

SEVÁ, Oswaldo. “Conhecimento crítico das mega-hidrelétricas: para avaliar de outro modo alterações naturais, transformações sociais e a destruição dos monumentos fluviais”. SEVÁ, Oswaldo (org). Tenotã-mõ: alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: International Rivers Network, 2005.

TEIXEIRA, Marco Antonio Domingues. Escravidão e resistência escrava. A construção da identidade negra guaporeana. s.l.:s.n., s.d.

VAINER, Carlos B. “Deslocados, reassentados, clandestinos, exilados, refugiados, indocumentados... As novas categorias de uma sociologia dos deslocamentos compulsórios e das restrições migratórias”. GARCIA CASTRO, Mary (org.). Migrações internacionais: contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001.

VAINER, Carlos B. e Frederico Guilherme de Araújo. “Implantação de grandes hidrelétricas. Estratégias do setor elétrico; estratégias das populações atingidas”. *Travessia – Revista do Migrante*, ano II, nº6. São Paulo: CEM, 1990.